



“Não acreditamos nesse tipo de progresso”: a Rio Grande Mineração em São José do Norte

Gabriella Rocha de Freitas¹

Segundo a maior parte dos livros de História, a Metade Sul do Rio Grande do Sul foi responsável pela prosperidade econômica do estado em grande parte do século XIX – com a produção do charque em Pelotas –, entretanto, perde sua importância no século seguinte dando início ao estabelecimento da dicotomia Norte *versus* Sul. A Metade Norte como a parte desenvolvida do Rio Grande do Sul, apresentando uma industrialização nascente e policulturas dinamizadas em pequenas propriedades e a Metade Sul a parte atrasada, marcada pela monocultura e pelas grandes extensões de terra nas mãos de poucos proprietários.

São José do Norte é um município pertencente à Metade Sul que possui uma população de 26.290 habitantes e a peculiaridade de ser quase isolado geograficamente, dispondo de um único acesso através da BR-101 pela cidade Tavares². A economia nortense baseia-se na pesca artesanal e na agricultura familiar, tendo como principal atividade a monocultura da cebola. A manutenção do estabelecimento da dicotomia Norte *versus* Sul faz com que a própria população local reproduza tal concepção. A existência de carências nas áreas de educação, saúde, saneamento básico e telefonia favorece o discurso dos habitantes de que o município é atrasado e carente de um desenvolvimento baseado nas noções de progresso e crescimento econômico. Nesse discurso, o atraso é causado por três aspectos: a) monocultura da cebola; b) isolamento geográfico e; c) falta de empregos.

O primeiro grande empreendimento a se instalar em São José do Norte foi o reflorestamento de pinus, no início da década de 1970. Apesar do reconhecimento dos impactos ambientais e sociais causados pela plantação do pinus como a seca

¹ Bacharel em Ciências Sociais, Mestre em Sociologia e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS.

² O acesso por Rio Grande acorre através do canal Miguel da Cunha, na Lagoa dos Patos por onde são realizadas travessias de balsa para os automóveis e de lancha para os pedestres.

de lagos e as condições precárias de trabalho, tal atividade é concebida como uma iniciativa benéfica devido à geração de empregos. Quando agricultores e pescadores acumulam grandes prejuízos em suas atividades, ocupam empregos temporários no reflorestamento configurando uma estratégia para a manutenção no campo.

A partir do início dos anos 2000, a retomada da indústria naval no Brasil passou a figurar como uma possibilidade para a retomada do desenvolvimento da “região-problema” do Rio Grande do Sul. São José do Norte, devido a sua proximidade geográfica, recebeu a instalação do Estaleiro do Brasil (EBR) que integra o Polo Naval do Rio Grande. O EBR iniciou sua instalação em 2013 e está realizando a integração da plataforma P-74.

Se, num primeiro momento, a vinda do estaleiro foi acompanhada de um grande entusiasmo, logo após o início do funcionamento do empreendimento esse entusiasmo cedeu lugar à frustração. As principais promessas de desenvolvimento não se cumpriram. Além da baixa absorção de mão de obra nortense, devido à baixa qualificação profissional dos seus habitantes, o aumento de impostos não se refletiu na melhoria dos serviços públicos. Apesar do conhecimento dos impactos negativos causados por grandes empreendimentos, o desejo pelo desenvolvimento manteve-se existente.

Atualmente, a empresa Rio Grande Mineração (RGM) encontra-se em processo de licenciamento ambiental para a extração dos minérios ilmenita, rutilo e zirconita no município nortense. Tal empreendimento insere-se no contexto latino-americano de eleição de presidentes de centro-esquerda, no qual a ênfase no extrativismo apresenta-se associada ao financiamento de programas de combate à pobreza, juntamente com um desenvolvimento concebido como sinônimo de crescimento econômico. Nesse sentido, a redução da pobreza justificaria o retorno financeiro de um desenvolvimento de base primária, com pouca industrialização, baixa geração de empregos e altos impactos sociais e ambientais.

Além de garantir o abastecimento do mercado nacional de minério, a justificativa para a instalação do empreendimento mineral refere-se a sua



capacidade de fomentar o desenvolvimento de São José do Norte. Estima-se que a instalação da RGM crie em torno de 2000 empregos, além dos impostos gerados.

Apesar do forte desejo pelo desenvolvimento e pela vinda de empreendimentos externos que possam fomentá-lo, a população rural rejeita a atividade minerária. Assim, o presente artigo pretende compreender quais são as motivações dos atores do meio rural para rejeitarem tal empreendimento, apesar da promessa e do desejo pelo desenvolvimento.

Adotou-se como procedimento metodológico a análise de conteúdo de 30 entrevistas semiestruturadas com lideranças do meio rural. Também foi realizada a análise da audiência pública referente ao empreendimento.

Os agricultores familiares e pescadores artesanais destacam que apesar de serem contra a instalação da mineradora, não são contra o desenvolvimento. Para esses, um projeto de exploração de recursos não renováveis é prejudicial não só à natureza como também às comunidades locais tradicionais. Não adianta a mineração criar empregos a serem ocupados pela população urbana – que dispõe de uma escolaridade mais elevada – e causar destruição para o campo. Isto vem a somar-se com o fato da base econômica do município depender do setor primário e ainda assim haver carência de investimentos nessas atividades.

A rejeição ao empreendimento mineral tem como causa principal os seus possíveis impactos ambientais. Embora a maior parte dos atores locais possuam baixa escolaridade e, por vezes pouco conhecimento dos impactos da mineração, por lidarem diretamente com a natureza, eles detêm um amplo conhecimento ambiental da sua realidade. Entre os temores dos moradores destaca-se a possível salinização da água e a contaminação do solo, tornando-o improdutivo.

Os atores do meio rural ressaltam o fato da sua atividade estar presente na família há muitas gerações e o desejo de que isso continue se perpetuando. Ainda que a dificuldade financeira configure uma realidade no meio rural nortense, o que está em disputa é a manutenção de determinado modo de vida que não pode ser mantido se o uso da terra for prejudicado.



A possibilidade de instalação de um empreendimento minerário em São José do Norte demonstra que apesar do forte desejo pelo desenvolvimento, os agricultores familiares e pescadores artesanais não estão dispostos a abrir mão de tudo em nome do progresso. A instalação de uma atividade minerária significa colocar em risco o modo de vida no campo e a relação com a natureza da qual advém o sustento, motivos pelos quais as indenizações previstas pela RGM são rechaçadas a despeito das dificuldades financeiras enfrentadas.